

1. Que papel desempenha na fundamentação da sua atividade política a defesa dos valores republicanos, nomeadamente da laicidade do Estado?

Em minha opinião, é preciso manter a separação entre o estado e a religião. O artigo 41º da Constituição deve manter-se assegurando porém que todos tenham direito a celebrar o seu culto sem perseguições. A ação governativa em nada deve ser influenciada pelas diversas religiões, não esquecendo porém a origem cristã de Portugal.

2. Que papel deve desempenhar o Presidente da República no combate contra os preconceitos étnicos, raciais, religiosos, ou de género, que persistem na sociedade portuguesa?

O Presidente da República é o presidente de todos os portugueses e o garante da Constituição. Os preconceitos devem ser eliminados progressivamente sem causar conflitos e violência social. O Discurso do PR deve incluir a todos.

3. É favorável à revogação da Concordata?

A Igreja Católica tem um papel histórico fundamental na nossa sociedade. A Concordata com a Santa Sé, atualizada em 2004, resulta deste aspecto histórico e deve continuar a acompanhar a sociedade portuguesa ao longo do tempo. Assim, sou a favor que a mesma se mantenha enquanto Portugal for caracterizado por uma maioria católica.

4. É favorável à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma que esta seja aplicável à igreja católica, e abolindo os privilégios das comunidades religiosas?

Já respondi a essa questão. A liberdade religiosa existe e é para continuar. Quanto a mim, não é esse um problema fundamental da sociedade portuguesa na atualidade.

5. É favorável ao fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento é subsidiada pelo Estado e permite até que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares?

A educação religiosa deve ser mantida nas escolas públicas nos termos acordados na Concordata.

6. Promulgaria uma lei sobre a legalização da morte assistida, desde que não existam dúvidas constitucionais?

Em relação à eutanásia o povo português é que deve escolher. Defendo um referendo sobre esse tema após a validação pelo tribunal constitucional.

7. Promulgaria uma lei que restrinja gravemente o acesso à nacionalidade pelo direito de solo?

Sou de opinião que quem nasce em Portugal deve ser considerado português independentemente da sua ascendência. Ao novo ser humano deve ser reconhecido o direito a que a sua ligação com o solo nacional se torne um dos fatores principais da sua vida futura e aqui se mantenha.